



ANMP

B O L E T I M

**Associação Nacional de
Municípios Portugueses**

PR E PM NA EXPONOR

Exposição Nacional de Municípios evidenciou a força do Poder Local

Prestar homenagem ao serviço das Autarquias em prol das populações nestes últimos vinte anos — altamente positivos porquanto existem pessoas responsáveis em todo o País —, esta a forma como o Presidente da República sublinhou a sua presença na cerimónia de inauguração da Exposição Nacional de Municípios.

Para o Primeiro Ministro, que acompanhava Jorge Sampaio, a sua participação no acto visava, em essência, agradecer ao Poder Local o trabalho excepcional que tem realizado na melhoria das condições de vida dos portugueses. Reiterando que os Municípios têm no Governo um parceiro de confiança, António Guterres elogiaria as Autarquias pelo esforço realizado e pela sua capacidade de gestão, enquanto afirmava que os Municípios podem contar com o Governo para terem mais poder e mais dinheiro.

Certame cuja realização se constituiu



num êxito absoluto, assim culminando as celebrações dos 20 Anos de Poder Local Democrático, na Exposição Nacional de Municípios estiveram, também, Manuel Monteiro, líder do Partido Popular, que

considerou que as Autarquias são o testemunho vivo do muito de bom que se tem feito no País ao longo dos últimos anos, e Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente do Partido Social Democrata, que elogiou a excelente actuação dos Autarcas de todo o País, enquanto sublinhava que o Poder Local é uma das grandes forças da nossa Democracia.

Congratulando-se com a iniciativa, que considerou como positiva, Mário de Almeida enfatizou que, depois de habituados a ter o reconhecimento dos cidadãos, apraz verificar que a classe política já reconhece o papel desempenhado pelos Autarcas no desenvolvimento do País, uma atitude que, embora tardia, pode vir a trazer um maior respeito pela autonomia dos Autarcas e a disponibilização de condições para o exercício de um trabalho que corresponda às expectativas das pessoas.



Ao Eleito Local demanda-se muito para pouco se lhe dar em troca

A Exposição Nacional de Municípios, também pelo seu conteúdo, mas sobretudo pelo significado que em si mesma encerra, constitui-se num marco de inquestionável relevância nos caminhos trilhados, desde há duas décadas, pelo Poder Local Democrático, sublinhou o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses durante a cerimónia de inauguração, na Exponor, em Matosinhos, daquele importante certame.

Reconhecendo ser irrealizável espelhar, no espaço e no tempo disponíveis, a diversificada acção concretizada,

disponibilizados, Mário de Almeida questionava, a propósito, a dimensão do edifício e o quanto teríamos sido capazes de construir se fossem outras e mais amplas as competências e as dotações da Administração Descentralizada.

Lamentando – não por nós, mas pelas cidadãs e cidadãos que legitimamente representamos – os largos milhões de contos que indevidamente nos foram retirados, quando arbitrariamente se suspendeu a aplicação da fórmula de cálculo do FEF, e que ainda hoje tem reflexos no adiamento de projectos e no

vivemos, respostas mais expeditas, traduzidas em outras e inovadoras formas de alcançar padrões de qualidade de vida em permanente evolução.

Nas responsabilidades advenientes de uma missão bem cumprida, mas reconhecendo também os alguns erros que inevitavelmente não deixámos de cometer, frisava, repousam sobre os ombros dos Autarcas novos e crescentes reptos. Que haveremos de saber ultrapassar – desde que dotados dos instrumentos legais e financeiros imprescindíveis – da forma a que habituámos os portugueses: sem a demagogia da promessa, antes a certeza do trabalho realizador.

Paralelamente, e já no Jantar do Autarca, que visou sentar à mesa comum do Poder Local os Homens e as Mulheres que se devotam à gestão desconcentrada da Administração Pública, Mário de Almeida destacaria, não só o salutar convívio entre os Autarcas dos Municípios e das Freguesias, mas sobretudo o ímpar espírito de unidade que se revela como experiência única no quadro político português.

Ao referenciar como notável a aptidão que, desde a primeira hora, os Eleitos Locais, sem excepção, têm demonstrado, no seio da sua Associação, para a separação dos legitimíssimos interesses partidários daqueles que constituem, a cada momento, cerne de preocupações mais vastas e abrangentes do Municipalismo, o Presidente da ANMP evidenciaria a inultrapassável capacidade de diálogo e os inabaláveis princípios de serviço e entrega à causa do bem público revelados pelos Autarcas, o que tem permitido alcançar, longe de unanimismos indesejáveis, os consensos que tornam comuns posições, as mais das vezes, afinal, apenas aparentemente inconciliáveis.

Depois de enaltecer o Eleito Local como interlocutor privilegiado e agente dinâmico no acertado cumprimento da responsabilizante missão do governo dos interesses comuns, símbolo da democracia participada e sólido esteio dos valores da liberdade reencontrada em Abril de 1974, Mário de Almeida não se eximiria, contrariamente ao que é habitual na ANMP, a uma palavra de homenagem e de sentida



Mário de Almeida enfatizaria que a Exposição consubstanciava uma mostra que visa evidenciar a grandeza da obra realizada pelas instituições autárquicas, e de que tanto, todos nós, nos orgulhamos.

Repositório possível de empreendimentos concretos – continuava –, a Exposição, no que tem de sistemático, viabiliza, através do que chamamos de viagem de duas horas pelo País real, uma ideia de conjunto das tarefas enormes que, pelas quatro partidas de Portugal, as Autarquias materializaram nos mais variados campos infraestruturais e organizativos.

Sem desperdícios, aproveitando judiciosamente os parcos dinheiros

impedir de adequada resposta a justos anseios das populações, o Presidente da ANMP não deixaria de relevar o quanto gratificante é poder olhar, com tamanha serenidade e algum desvanecimento, os resultados do trabalho destes 20 Anos.

Ao reiterar a qualidade gestonária da Administração descentralizada, quer em termos da resposta já evidenciada, quer de capacidade aos desafios da modernidade, Mário de Almeida afirmaria que se esta Exposição Nacional de Municípios demonstra à sociedade que está volvida uma fase difícil e importante da vida das Autarquias Locais, ainda mais exigente se prefigura o devir em que se espera de nós, nesta sociedade de informação em que

gratidão a todos quantos, com enormes sacrifícios pessoais, mas inteira disponibilidade, mantêm bem viva a chama do Municipalismo.

Com efeito, prosseguia o Presidente da Associação, os principais responsáveis do País sabem, e é seguramente um dado adquirido pelas populações, que ao Eleito Local se demanda muito, para pouco se lhe dar em troca. As compensações atribuídas, na sua singeleza, não são compatíveis com os graus de exigência de uma actividade que implica uma quase absoluta doação; o estatuto remuneratório vigente, longe de atentar em prejuízos de outra ordem, é ele próprio gerador de prejuízos vários... também materiais.

Acusando que lógicos apoios concedidos a outros titulares da "Causa Pública" foram atempada e estranhamente recusados para os Autarcas, Mário de Almeida reiterava que, pese embora a generalizada aceitação da importância das funções desempenhadas, e das dificuldades que envolvem a sua acção, poucos foram capazes de valorar de forma justa a condição do Autarca. A quem, animicamente, continua a valer, de forma substantiva, o estímulo moral em que a Nação, pelo menos nesse pormenor, não é avara.

Vinte anos volvidos sobre a data histórica que redignificou a função autárquica e depois de duas décadas de legitimidade plena adveniente do exercício eleitoral livre, julgamos estar chegado o tempo para, com justiça, se olharem devidamente os direitos dos Eleitos Locais, afirmava o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Reiterando uma elevada preocupação quanto ao futuro, já que não se prefiguram fáceis os tempos que se aproximam, designadamente quando certo desencanto e desânimo são hoje uma constante entre os Autarcas portugueses, Mário de Almeida elevava a sua voz para precisar que importa olhar com atenção redobrada o estatuto que queremos conceder ao Autarca, temos de saber definir, inadiavelmente, quem queremos a governar as nossas Comunidades Territoriais.

A democracia portuguesa, na sua maturidade consolidada, tem de conseguir criar os quadros indispensáveis para dotar a Administração Descentralizada dos meios imprescindíveis à inteira dignificação dos seus agentes privilegiados, continuava,

posto, com as condições actuais, não se duvide, não muitos serão os cidadãos que no amanhã estarão disponíveis para assumir responsabilidades autárquicas. E os melhores dos concelhos, que vêm eficazmente assegurando a gestão pública desconcentrada, ao serem menos considerados na sua condição, acabarão por se deixar substituir por personalidades de menor valia humana e técnica.



Esta é, repetia-o o Presidente da ANMP, uma preocupação real, que apenas se acrescenta a tantas outras que, com a persistência própria de quem sabe ter a razão do seu lado, tem motivado a Associação Nacional de Municípios Portugueses para uma continuada empresa em favor do devido respeito e da autonomia político-administrativa e financeira em que assenta a verdadeira dignificação do Poder Local.

Depois de reafirmar a validade do Municipalismo como uma das melhores formas de bem gerir o interesse comum, renovaria a urgência em que às Autarquias Locais sejam atribuídos, de pleno direito, todos os instrumentos legais indispensáveis a um melhor cumprimento dos mandatos populares legitimamente recebidos, e que implicam a inadiável necessidade de algumas leis estruturantes passarem a ser de valor reforçado.

Se a descentralização é a melhor forma de avançarmos rumo ao futuro, dificilmente se compreende, prosseguia Mário de Almeida, a delonga das instituições políticas na optimização dos recursos que, desconcentradamente, o País dispõe nos 305 Municípios e nas

4221 Freguesias em que administrativa-mente se suporta. E se, na Parceria e na Subsidiariedade repousa a mais adequada resposta às justas e crescentes exigências das comunidades, urge que aqueles princípios sejam crescentemente adoptados no nosso País como forma de, assim aproximando o centro de decisão dos cidadãos, alcançarmos uma mais activa vivência política.

Dizendo estarem os Municípios disponíveis para a transferência de novas competências, desde que salvaguardada a convicção de que elas se constituam numa mais valia para as populações e de que cada nova atribuição seja acompanhada de dotações financeiras que assegurem a prestação de um serviço de qualidade, o Presidente da ANMP afirmou aguardarmos, com expectativa, em espírito de serena exigência, os desenvolvimentos actualmente em curso e que se espera conduzam, a curto prazo, a uma nova Lei de Finanças Locais, que seja mais equitativa na distribuição dos dinheiros públicos.

Já a encerrar, Mário de Almeida reiterou a urgência de uma reforma político-administrativa, de onde resulta, por parte da ANMP, a defesa da Regionalização como veículo privilegiado para o aprofundamento da democracia, para o planeamento e desenvolvimento harmónico do País, já que, se é na diversidade dos contributos que reside um aumento da riqueza e do nosso bem estar colectivo, é a potenciação das partes que viabiliza o inteiro aproveitamento das sinergias e recursos endógenos capazes de tornarem mais coeso e mais forte o todo nacional.



PARA JORGE SAMPAIO

Reforço do Poder Local é factor de aprofundamento da Democracia

Proximidade dos eleitores, participação dos cidadãos e representação de minorias foram três instrumentos decisivos para o arranque da descentralização do Estado, para a vitalidade permanente da actuação da administração local, ao longo de duas décadas, e para a

Estado estão em profunda mudança, o Presidente da República frisaria que os Governos procuram novas opções, reformulando funções e competências, trilhando o estreito caminho entre o desenvolvimento de novos limiares de subsidiariedades – quer em relação às instâncias comunitárias

A progressiva centralização política e administrativa foi condição necessária à construção dos Estados-Nação modernos baseados no princípio da igualdade do indivíduo perante a lei, dizia Jorge Sampaio, mas a sua consolidação – e legitimidade – ficou a dever-se ao desenvolvimento do sufrágio universal, pelo que a reforma do Estado e modelo de representação nacional são, por isso, elementos indissociáveis.

Consolidado o Estado moderno na suas funções garantísticas da igualdade perante a lei, das liberdades fundamentais e da solidariedade nacional, a tendência das últimas duas décadas, na Europa, tem sido descentralizadora. Os cidadãos exigem hoje, cada vez mais, maior proximidade e maior participação no controlo do processo de decisão executiva. Onde antes participar na escolha do governo era uma proximidade – e um poder – inovador, hoje esse poder é claramente insuficiente e a proximidade considerada distância inaceitável.

Contudo, avisava o Chefe de Estado, a desconcentração e a descentralização administrativa não são a reforma do Estado. É uma das reformas possíveis e necessárias, e é apenas como tal que deve ser considerada. A reflexão e problemática em que se insere é mais vasta, mais profunda e resulta das grandes transformações civilizacionais das últimas duas décadas.

Sublinhando a importância das recentes propostas, ainda em debate, no sentido da transferência de maiores competências e recursos do Poder Central para as Autarquias, o Presidente da República frisaria que o ambiente consensual com que essas propostas me parecem ter sido recebidas demonstra que o desenvolvimento do processo de descentralização deve ser gradualista, baseado na consolidação de experiências que provaram a sua validade e que deve ser contratualizado de modo a garantir o consenso quanto ao equilíbrio das competências e recursos a transferir e aqueles que se devem manter, e mesmo reforçar, porque há casos em que isso não deixará de ser necessário, no Poder Central.



consolidação do novo regime democrático, sublinhou o Presidente da República durante a jornada inauguradora da Exposição Nacional de Municípios.

Falando no Jantar do Autarca, Jorge Sampaio frisaria que foi o exercício do sufrágio universal – sem fraude – e o Poder Local Democrático que alteraram substancialmente em Portugal, após a Revolução, a relação tradicional entre o cidadão e o Estado.

Depois de referenciar ser indiscutível que a imagem, e mesmo as funções do

quer em relação às Administrações Locais ou Regionais – e o debate tenso, sobre o desinvestimento do Estado em funções sociais que lhe estavam confiadas.

A questão do Estado é uma das questões centrais das democracias europeias, sendo que elas levarão ainda muito tempo até formularem um novo modelo que, tal como o anterior, seja capaz de assegurar consensualmente a mediação efectiva, e não puramente simbólica, entre o cidadão e a Nação, enfatizou.

Com efeito, prosseguia, se a desconcentração e a descentralização me parecem necessárias, por razões que me dispense de referir, por sobejamente debatidas, igualmente me parece necessário assegurar o exercício de um Estado forte, capaz de garantir a coesão nacional e de definir as grandes prioridades de desenvolvimento do país. Este é o equilíbrio por onde passará uma das vertentes da reforma do Estado moderno, dizia Jorge Sampaio, e qualquer um dos extremos, centralização excessiva ou descentralização desnecessária, me parecem inconvenientes para o país. Gradualismo e concertação parecem ser, assim, a chave para uma reforma equilibrada dos poderes.

No conjunto destas comemorações dos 20 anos de Poder Local foi feito o balanço da obra realizada e iniciado o debate sobre as reformas a introduzir. E se, ao longo destas últimas décadas muito do que foi conseguido o foi em confronto, ou pelo menos em tensão, entre o Poder Local e o Poder Central, hoje, o caminho que importa continuar a percorrer tem, necessariamente, de assentar na importância do diálogo institucional entre as Autarquias e o Governo. Diálogo e concertação que são – reiterava o Chefe de Estado – os dois pilares em que assentará o desenvolvimento do esforço de descentralização administrativa.

Conhecendo a disponibilidade, nesse



sentido, quer do Governo, quer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Jorge Sampaio reafirmava ser do diálogo institucional que poderá nascer a solidez das reformas e o consenso das populações em torno delas, populações que, no fundo, olham para esse diálogo como garantia de estabilidade e clareza quanto ao sentido das reformas a levar a cabo.

A confiança dos cidadãos no Poder Local, construída ao longo de anos, é um

dos factores de estabilidade do regime político, pelo que a manutenção dessa confiança na evolução da repartição de competências administrativas é por isso essencial, sublinhava o Presidente da República, que depois concluiria afirmando que Portugal conta com o reforço do Poder Local como um factor de desenvolvimento e de aprofundamento da Democracia, tal como espera o exercício de um Estado forte como factor de Coesão Nacional.



ANTÓNIO GUTERRES

Muito do que é feito pelo governo deve passar para os Municípios

Entretanto, o Primeiro Ministro, ao intervir na abertura da Exposição Nacional de Municípios, tinha considerado ser um crime atrasar o processo de revisão constitucional, pelo que, julgando essencial que ela termine rapidamente, apelava a todos os Deputados para que trabalhem mais de forma a que a revisão constitucional possa estar concluída até ao Verão.

Ao adiantar que na próxima reunião do Conselho de Ministros deverá ser aprovada a nova legislação sobre as competências do Poder Local, António Guterres disse ser errado falar primeiro de

dinheiro e só depois ver o que as Câmaras podem fazer, enquanto salientava que na sequência da nova legislação o Governo vai produzir novos documentos sobre as finanças locais.

O Governo segue cautelosamente o estudo de uma nova Lei de Finanças Locais, frisava o Primeiro Ministro, que disse, ainda, esperar que nos próximos três anos o Executivo possa duplicar o papel dos Municípios e das Freguesias na vida orçamental do País sem ser à custa dos contribuintes.

As pessoas querem ver os seus problemas resolvidos – relevou –, pelo

que muito do que é feito hoje pelo Governo deve passar para os Municípios, sem que essa transferência de competências implique um aumento dos impostos.

Afirmando que o problema das competências e das finanças locais não é uma corrida, mas um assunto sério que tem de ser bem feito, António Guterres sustentaria que, apesar da duplicação de verbas, o financiamento dos Municípios não é incompatível com a Regionalização. Os dinheiros serão atribuídos consoante a transferência de competências, e seria um erro constituir Regiões para diminuir o poder autárquico.



Seminário debateu Políticas de Juventude

A não existência de uma política global para a juventude terá sido a principal conclusão retirada do Seminário sobre Políticas de Juventude que a ANMP organizou no âmbito da Exposição Nacional de Municípios.

António José Seguro, Secretário de Estado da Juventude, que se afirmou apostado numa educação para a cidadania como ponto de partida para outras posturas colectivas, defendeu, na oportunidade, a dinamização da participação cívica dos jovens portugueses e a criação, em todos os Concelhos, de Casas para a Juventude, co-geridas pelos próprios jovens.

As dificuldades na política de acesso ao emprego dos jovens foi outra área aprofundada, tendo a Adjunta da Ministra para a Qualificação e Emprego sustentado um apoio concertado às necessidades dos jovens através, designadamente, de uma melhor informação por intermédio da Internet, onde está já disponível um Guia de Acesso às Profissões.

Depois de precisar que até Setembro este serviço estará também disponível nas várias escolas e nos Institutos de Formação Profissional, Rosa Marques referenciou, também, o já criado Plano Nacional de Estágios, uma experiência que apresentou como muito positiva, que pode e deve ser desenvolvida em anos futuros.

No que concerne ao problema da habitação foi referida a alguma escassez de oferta a preços compatíveis com os rendimentos da grande maioria dos jovens,

sendo embora seguro que os jovens dispõem de alguns apoios financeiros significativos destinados à compra ou arrendamento da primeira habitação.

Por fim, e quanto à educação, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude propôs uma concepção baseada na superação das desigualdades sociais e na valorização da democracia, tolerância e solidariedade, sendo que a escola deve, ainda, proporcionar um espaço de desenvolvimento da pessoa.

A crise económica e o desemprego foram abordados a propósito, tendo João Diogo Dias sublinhado que, depois de assegurado o acesso a uma educação de qualidade e a integração no mercado de trabalho, a política de juventude deve preocupar-se com oportunidades de participação e associativismo, como forma de ser exercido o direito à colaboração e ao protagonismo na transformação da sociedade.



Nova Lei da Tutela Administrativa

Com a nova Lei da Tutela Administrativa criaram-se melhores condições de trabalho para as Autarquias, reconheceu o Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território durante o Seminário organizado pela ANMP, sendo que, porém, do ponto de vista da tutela, não se considera que tudo esteja acabado.

Admitindo a necessidade de se rever a lei no final desta legislatura, João Cravinho defendeu o gradualismo na reponderação, mas considerou, no que respeita ao visto prévio, que o regime é demasiado extensivo não só para as Autarquias, pelo que a substituição da fiscalização prévia pela fiscalização sucessiva é uma vantagem para todos.

Ao precisar que um conjunto de novas propostas de lei procuram dar um maior reforço aos Municípios, João Cravinho, que reafirmou a vontade de manutenção de um espírito de diálogo entre o Governo e a ANMP, teceu

público elogio à Administração Descentralizada quando afirmou ser possível fazer mais e melhor quando se colocam os mesmos recursos financeiros ao serviço das Autarquias.

Para o Presidente da ANMP, a aprovação da nova Lei da Tutela veio dar às Autarquias Locais uma verdadeira autonomia, não apenas política, como também financeira, sendo que o Estado não pode intervir ou avaliar o mérito da actuação, das opções ou das decisões dos respectivos

órgãos, juízo que deve ser deixado para as populações em acto eleitoral.

A autonomia local tem de se articular com os princípios constitucionalmente consagrados, que devem enformar a descentralização e a autonomia, constituindo os seus limites. E aqui radica, na opinião de Mário de Almeida, a justificação para a intervenção tutelar do Estado na gestão das Autarquias Locais, uma intervenção que deve ser mais pedagógica.

Precisando a indispensabilidade de uma nova lei, que, por exemplo, tipificasse as causas de perda de mandato e que corrigisse algumas situações injustas e mesmo aberrantes, o Presidente da ANMP não deixaria, entretanto, de enfatizar que as inovações que este novo articulado introduz são, também, acompanhadas de outros elementos menos positivos já que, disse, estamos em crer que algumas causas justificativas de perda de mandato deveriam ter sido eliminadas.



ENQUANTO CONTEMPORÂNEOS

Jovens nascidos em 12 de Dezembro de 1976 homenageados pelo Poder Local Democrático

Vinte jovens nascidos em 12 de Dezembro de 1976 – data das primeiras eleições autárquicas livres – foram homenageados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses no âmbito das comemorações dos 20 Anos de Poder Local Democrático.

Reunidos no Porto, aqueles jovens cumpririam um programa delineado para o efeito, que se iniciou com um passeio de barco no rio Douro, na sequência do qual decorreu uma visita às caves do Vinho do Porto.

Depois de estarem na Exposição Nacional de Municípios – onde voltaram a dar largas a esfusiante boa dispo-

sição – os jovens coevos do Poder Local Democrático participaram no Jantar do Autarca, durante o qual, após terem sido cumprimentados pelo

Presidente da República e pelo Primeiro Ministro, participaram no sorteio de duas viagens a Inglaterra, para assistirem, em Julho próximo, a um Seminário sobre Juventude.

A noite foi passada na Ribeira do Porto, e, no dia seguinte, aquela vintena de jovens, oriundos de todas as regiões do País, participou no Seminário sobre Políticas de Juventude – onde o Secretário de Estado da Juventude fez entrega de diplomas alusivos – tendo por fim sido obsequiados com um almoço pela Associação Nacional de Municípios Portugueses na Exposição Nacional de Municípios.



SEIS DIAS DE FESTA

Da animação cultural popular às tasquinhas da gastronomia

A Exposição Nacional de Municípios teve, naturalmente, como vocação primeira, promover um levantamento das actividades, contributos e mais valias que o Poder Local trouxe ao desenvolvimento do País e ao bem estar dos cidadãos durante os últimos vinte anos.

Tendo, assim, como base inalienável, obra efectuada pelo Poder Local Democrático, o certame não deixou de se constituir, também, numa enorme festa para a qual muito contribuiu, a par da maciça e empenhada presença das Câmaras Municipais e das Associações Regionais de Municípios, a participação de muitos largos milhares de visitantes que, ao longo de seis dias, passaram pela mostra.

Mas se a multidão que quotidianamente vivificava a iniciativa ultrapassou as expectativas, mesmo as mais optimistas, inquestionável relevância ganhou a impressionante adesão das escolas a esta manifestação da ANMP, que se traduziu em enormes afluxos de crianças e

jovens que, no seu bulício e irrequietude, emprestaram à Exposição Nacional de Municípios um movimento e uma cor definitivamente marcantes.

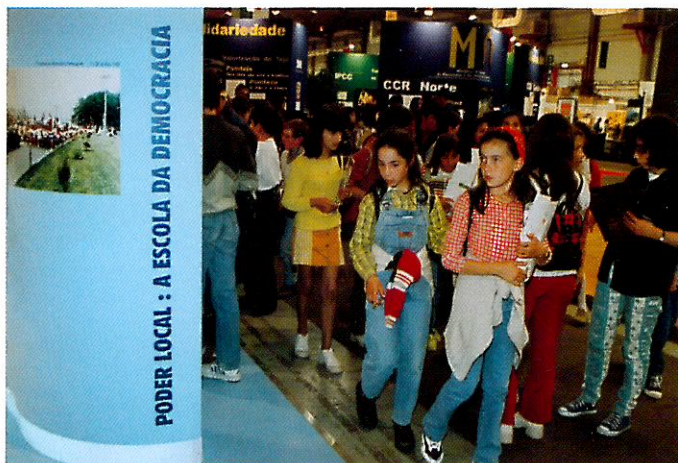
Contudo, nem só os visitantes pontuaram a animação da iniciativa. Com efeito, um amplo e diversificado programa, assegurado no dia a dia por um conjunto de Câmaras Municipais de todas as regiões do País, permitiu a deslocação e exibição, no recinto da Exponor, em Matosinhos, de bandas de música, ranchos folclóricos e grupos corais, que encheram de vida

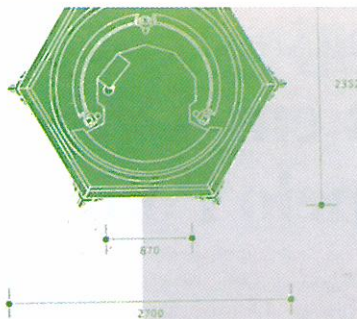
e qualidade artística vastos espaços temporais da Exposição.

Dos grupos de cantares às escolas de música, das filarmónicas às genuínas danças do nosso povo, foi enorme a panóplia de agrupamentos que, a contento generalizado, tornaram ainda mais alegres as jubilosas jornadas da Exposição.

Paralelamente, e enquanto manifestação também autenticamente popular, decorreu, incluída na Exposição Nacional de Municípios, uma mostra gastronómica que, através de diversas tasquinhas, permitiu dar a saborear o mais verdadeiro da gastronomia regional portuguesa aos milhares de visitantes do certame.

Dirigido convite às Regiões de Turismo, muitas foram as que quiseram marcar presença, de tal jeito se viabilizando, a cargo de conceituados mestres da restauração, o apresentar das melhores iguarias de regiões como o Minho, Centro, Dão-Lafões, Oeste, Templários, Ribatejo e Algarve.





JCDecaux  
MOBILIÁRIO URBANO

**1ª EMPRESA EUROPEIA
DE MOBILIÁRIO URBANO**

